



ANA MARIA CAMPOS  
camposanamaria5@gmail.com

## Bomba na economia do DF

Com a autoridade de quem conhece de finanças e do funcionamento da máquina administrativa, o secretário de Economia do DF, Valdivino de Oliveira, fez uma crítica contundente ao governo. Em entrevista à CBN, ele se referiu à gestão anterior como uma “máquina desgovernada” e tratou o orçamento como um rombo de R\$ 2,7 bilhões. A governadora Celina Leão (PP), segundo pessoas próximas, achou que a crítica foi over. Não é que não reflita a realidade. Mas ela não gostou do embate com a gestão anterior.

Redes sociais



### Supersecretário

É preciso entender o perfil de Valdivino de Oliveira para contextualizar as críticas. Ele sempre foi um supersecretário dos governos de Joaquim Roriz. Foi titular da pasta 11 vezes, está num doutorado no IDP sobre finanças. Quem pensa que as declarações vão derrubá-lo está muito enganado. Celina precisa de Valdivino para equalizar as finanças do GDF até o fim do ano.

Carlos Vieira/CB/D.A Press



### Nova cara

Celina Leão está dando ao governo uma nova cara, com identidade própria. A mudança começa na economia. Mas deve ir além. O secretário-adjunto de Economia, Daniel Isaias, ex-titular da pasta, ficou como 02, mas por pouco tempo.

### Ibaneis: “Não existe confronto, e sim união para cumprimento de metas”

O ex-governador Ibaneis Rocha (MDB) conversou com a coluna sobre as declarações de Valdivino de Oliveira. Ele disse que não há nada a rebater. “Estamos com problemas orçamentários desde o ano passado e preparei tudo para os ajustes necessários que foram feitos a partir do decreto orçamentário assinado por mim. Tudo ficou ajustado para que, se cumprirmos, ao fim do ano não exista déficit. Ele (Valdivino) é um secretário competente e experiente e vai conduzir com responsabilidade o plano que deixamos em andamento”, afirmou Ibaneis. O ex-governador negou crise com a nova equipe. “Não existe confronto, e sim união para o cumprimento das metas”, garantiu.

Ed Alves/CB/D.A Press



Reprodução/Sindireta



### Candidato sindicalista

No fim do prazo para filiações de quem pretende concorrer nas próximas eleições, o MDB acertou o ingresso de Ibrahim Yusef, presidente do Sindireta, um dos maiores sindicatos de servidores públicos do DF. Ibrahim ainda não definiu a que cargo concorrerá, mas acertou que a caminhada será no partido comandado por Wellington Luiz. Foi do próprio presidente da Câmara Legislativa que partiu o convite para o ingresso nas fileiras emedebistas. Deve ocorrer nas próximas semanas uma cerimônia para marcar a chegada de Ibrahim.



### À QUEIMA-ROUPA ENOQUE VENÂNCIO, PRESIDENTE DO SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO DF (SINPOL)

Divulgação



“Estamos em um momento de transição, e a governadora Celina Leão tem até 14 de abril para a sanção. Este será o seu primeiro grande ato em relação à PCDF enquanto governadora, e nossa expectativa é de total sensibilidade com a categoria”

### Como avalia o texto aprovado pela Câmara Legislativa em relação aos direitos previdenciários dos policiais civis da Polícia Civil do Distrito Federal?

Essa aprovação não é apenas uma formalidade; é o cumprimento de uma obrigatoriedade imposta pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 5.801. Recebemos essa decisão como uma missão: o STF proibiu a nossa permanência no regime da União, e nos vinculou definitivamente ao regime distrital. Diante desse cenário, trabalhamos incansavelmente para que essa regulamentação não fosse apenas uma “mudança de gaveta”, mas uma oportunidade real de recuperar direitos e incluir avanços para os policiais civis.

### Quais são os principais avanços e eventuais retrocessos trazidos por esse projeto de lei complementar para a categoria?

O texto traz vitórias concretas que recuperaram direitos e corrigem distorções da Reforma de 2019, como a garantia da aposentadoria voluntária especial nos termos da Lei Complementar nº 51/1985. Isso significa que o policial pode se aposentar com base no tempo de contribuição e exercício policial, sem ser submetido às idades mínimas elevadas aplicadas aos servidores civis comuns.

Para os policiais que ingressaram após 12 de novembro de 2019, o projeto limita a base de cálculo da contribuição previdenciária ao teto do Regime Geral (INSS). Antes, esses servidores pagavam alíquotas sobre o total do subsídio sem ter direito à paridade, o que gerava um prejuízo financeiro injusto que agora é estancado.

O processo de pensão por morte passa a ser tratado como de natureza urgente. Além disso, a pensão será igual ao valor integral do subsídio ou dos proventos do segurado falecido. O Sinpol-DF terá o direito de indicar um representante direto para o Conselho de Administração do Iprev/DF, garantindo que o sindicato fiscalize de perto a administração dos recursos da categoria.

### O sindicato pretende atuar junto ao governo para sugerir vetos ou modificações no texto aprovado?

Nossa missão agora é puramente técnica e política: garantir que o texto seja sancionado exatamente como saiu da CLDF. Estamos em um momento de transição, e a governadora Celina Leão tem até 14 de abril para a sanção. Este será o seu primeiro grande ato em relação à PCDF enquanto governadora, e nossa expectativa é de total sensibilidade

com a categoria. Estamos vigilantes para que não ocorra nenhum veto que prejudique a autonomia da PCDF na instrução e concessão dos processos de aposentadoria, que é um conhecimento técnico acumulado pela nossa própria instituição ao longo de décadas. Para isso, contamos com o apoio integral do presidente da CLDF, deputado Wellington Luiz, que tem sido um parceiro fundamental desde o início do projeto e, agora, mais do que nunca, é peça-chave na articulação para a finalização vitoriosa desse processo. O foco é a sanção total para garantir a segurança jurídica que o policial civil tanto espera.

### Caso o projeto seja sancionado como está, quais impactos práticos os policiais civis podem esperar no curto e no longo prazo em relação à aposentadoria e pensões?

Estabilidade financeira imediata para os novos policiais, que deixarão de ter descontos previdenciários abusivos sobre o que excede o teto do INSS. A longo prazo: sustentabilidade. A segregação de contas entre o fundo financeiro (para os antigos) e o capitalizado (para os novos) impede que o dinheiro da nossa previdência seja usado para outros fins pelo Distrito Federal.

### Existe algum prazo para a lei entrar em vigor, considerando-se que estamos em ano eleitoral?

A lei entra em vigor na data de sua publicação. Por se tratar de um cumprimento de ordem judicial do STF para sanar uma omissão inconstitucional, a legislação eleitoral não impede essa regulamentação. O foco total é o prazo de sanção até 14 de abril.

### O Fundo Constitucional (FCDF) continua a custear as aposentadorias, mas o projeto confere ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev/DF) – órgão gestor do (RPPS/DF) – a atribuição de administrar e supervisionar esses recursos. Com a crise atual nas finanças do Iprev, a medida representa um risco?

É natural que exista preocupação, mas temos uma decisão da mais alta corte do país nos balizando. Nosso trabalho foi inserir dispositivos que blindem o texto: o custeio permanece sob responsabilidade do Fundo Constitucional (União), com recursos vertidos para contas específicas e destinação exclusiva aos policiais. É expressamente vedado o uso desses valores para outras finalidades ou para cobrir rombos do DF. O Iprev atua apenas como gestor administrativo, mas o cofre que garante o pagamento integral é da União, e o Sinpol estará vigilante nisso.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

## INVESTIGAÇÃO

Dinheiro foi apreendido em quatro anos da Operação Monopólio e estava misturado em contas bancárias de empresas de fachada e de pessoas físicas. Na manhã de ontem, 10 pessoas foram presas e 19 indiciadas nos estados do DF, GO e SP

# Quadrilha movimentava R\$ 150 milhões

» BEATRIZ MASCARENHAS  
» DARCIANNE DIOGO

Em plena pandemia, com todos os comércios fechados, empresas do ramo de bebidas, mercados locais e até mesmo creperias passaram a movimentar milhões de reais — valores incompatíveis com as vendas dos estabelecimentos. Para a polícia, esse foi o primeiro indício que levou à descoberta de uma quadrilha especializada em tráfico de drogas e lavagem de dinheiro no Distrito Federal. Na manhã de ontem, a segunda fase da Operação Monopólio prendeu 10 de 13 integrantes do grupo, e os outros três são considerados foragidos. Em cooperação com a Polícia Civil do Goiás e a de Polícia Civil de São Paulo, os investigadores da Coordenação de Repressão às Drogas (CORD) cumpriram, ainda, 16 mandados de busca e apreensão contra a quadrilha nas regiões da Estrutural, de Ceilândia e de Aparecida do Goiânia. Até o momento, as investigações iniciadas em 2021 revelaram que o grupo movimentou, ao menos, R\$ 150 milhões. O dinheiro do tráfico era misturado ao caixa de 14 empresas de fachada com atuações no ramo de bebidas e alimentício — como uma creperia no Sudoeste. A lavagem de dinheiro opera de duas formas. Em uma delas,

eram usadas contas de laranjas recrutadas pelo grupo, os pagamentos do tráfico iam para contas de pessoas físicas, e só depois eram transferidas, ou mesmo sacadas em espécie e entregues nas mãos do líder do grupo. Segundo o delegado da Cord, Fábio Santos Souza, a outra forma era mesclada. Ou seja, os criminosos misturavam os ganhos ilícitos com as 14 empresas identificadas com os recebimentos ilícitos. “Para camuflar os valores oficiais do tráfico de drogas”, descreve o agente. De acordo com o delegado, a organização criminosa se concentrava na Cidade Estrutural, com um rigoroso controle territorial exercido por meio de ameaças a outros grupos que tentassem comercializar na região. “Especialmente se o concorrente tentasse vender droga abaixo do preço do que eles vendiam. Os criminosos ameaçavam até incendiar a casa dos outros traficantes, intimidando os familiares”, descreve o delegado. O tráfico era intenso no setor de comércio, nos conjuntos próximos à feira permanente, sendo registradas 85 operações policiais no local.

Na primeira fase da operação intitulada “Monopólio” — devido ao controle total do comércio na Estrutural — foram identificadas 28 nove integrantes no ano passado. Nesta segunda fase, foram

Polícia Civil do Distrito Federal/ Divulgação



Ação da polícia prendeu 10 pessoas. Policial aponta no mapa onde se concentram as drogas na Estrutural



Beatriz Mascarenhas/Correio Braziliense



indiciadas 19 pessoas nos estados do DF, GO e SP. Em entrevista ao Correio, o delegado relata que as evidências indicam que as drogas vinham de Mato Grosso e eram comercializadas na capital.

### Estilo de vida

Apesar dos milhões rodando em contas físicas, o líder, de 40 anos, e os demais integrantes do bando não ostentavam

luxo. Souza relata que eles mantinham uma vida bem discreta, especialmente o mandante, dono de uma adegas em Aparecida de Goiânia, onde mantinha um comércio próximo à casa dele. O

estabelecimento encontra-se no nome do filho.

Com uma vida inteira em Brasília, o criminoso estabeleceu, há 3 anos, uma residência em Goiânia, de onde trabalhava à distância. O que poderia facilitar a vida do criminoso, que estava respondendo em liberdade desde a primeira fase da operação.

Na última semana, o dono de um ferro velho localizado na Estrutural transferiu cerca de R\$ 2 milhões para o líder do grupo. O estabelecimento, registrado no nome da esposa do “laranja”, continua em funcionamento, enquanto o dono foi preso na manhã desta terça-feira.

Segundo a polícia, a movimentação financeira atribuída à organização supera R\$ 60 milhões nos últimos quatro anos, somente em contas de pessoas físicas. Apenas o líder teria movimentado mais de R\$ 12 milhões no período. Uma das empresas usadas no esquema teria registrado mais de R\$ 14 milhões em transações.

Os crimes investigados prevêem penas que variam de 3 a 8 anos de prisão por organização criminosa, de 5 a 15 anos por tráfico de drogas, e de 3 a 10 anos por lavagem de dinheiro.